

DESAFIOS EDUCACIONAIS DA EDUCAÇÃO DE QUALIDADE: UMA PERSPECTIVA SOCIOECONÔMICA

Mikaele Silva Santos
Universidade Federal de
Campina Grande - UFCG
Cajazeiras– Brasil
Mikaele1819@gmail.com

Karina Faustino de
Sousa
Universidade Federal de
Campina Grande - UFCG
Cajazeiras – Brasil
Karinafaustinosousa@gmail.com

Edilene Barbosa Santos
Universidade Federal de
Campina Grande - UFCG
Cajazeiras – Brasil
hedbarbosa@outlook.com

RESUMO

O delineamento e a explicitação de dimensões, fatores e indicadores da qualidade da educação têm ganhado importância, porém, é necessária uma reflexão entre a escola e as políticas públicas. Assim, entre, os fatores internos e externos que interferem na educação de qualidade e dificultam o desenvolvimento integral dos(as) estudantes, destaca-se a importância das políticas públicas para adequação e desenvolvimentos dos(as) discentes. Reflete-se também, acerca das avaliações externas excludentes que seguem a lógica do sistema capitalista ignorando o contexto e sem intuito de melhorias com base nos resultados. Para o desenvolvimento e veracidade deste texto utilizou-se da abordagem bibliográfica e de análise documental. Dessa forma, interessa-nos compreender as questões educacionais e políticas sociais advindas do contexto de vulnerabilidade social em escolas públicas. É importante encontrar formas de trabalhar em meio às dificuldades e buscar propiciar uma educação de qualidade na condição que há, contudo, é imprescindível a luta por melhorias, destacar o que é cabível de mudanças e exigir que algo seja feito, pois, são vidas a derivas, realidades desconhecidas que precisavam ser vistas.

Palavras-chave: Educação de qualidade, Políticas públicas, Fatores internos e externos.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho busca contemplar as problemáticas educacionais em uma perspectiva socioeconômica, tendo em vista, os desafios constantes para possibilitar a educação de qualidade com base no contexto vivenciado pelas classes sociais menos favorecidas economicamente. Em que, a escola não é preparada para lidar com a diversidade que emerge das vivências educacionais e os consequentes desafios, sendo cabível que existam políticas públicas e incentivos governamentais para amenizar as desigualdades explícitas e implícitas, mas, sem desconsiderar a relevância do trabalho docente nesta problemática.

Para tanto, objetivamos ponderar alguns dos fatores internos e externos que interferem na educação pública brasileira, que dificultam a educação de qualidade com aprendizagens significativas e contextualizadas com a realidade vivenciada; também buscamos destacar a

necessidade de políticas públicas que garantam a adequação desse público alvo ao ambiente escolar, e, refletimos acerca das avaliações externas e excludentes que de pouco auxiliam nas mudanças necessárias.

Portanto, Ressalta-se a importância do trabalho docente e das instituições de ensino em busca de uma educação de qualidade, e não se retira a sua responsabilidade, mas, relata-se a relevância de compreender as realidades diversas e os fatores que interferem na educação de qualidade que estão fora do controle do ambiente escolar, sendo necessário às políticas públicas.

EDUCAÇÃO E DIVERSIDADE: DESAFIOS SOCIOECONÔMICOS NA ESCOLA

A educação no Brasil se constitui como um processo dinâmico e antagônico, em que, ainda é possível compreender nitidamente problemas que afetam a educação básica assegurada pela constituição de 1988. Existindo uma democratização do ensino, no entanto, essa generalização deixe a margem as realidades específicas e os fatores que interferem na aprendizagem desse público, que não se restringem apenas ao âmbito da sala de aula, mas ao contexto socioeconômico, cultural e familiar dos(as) alunos(as).

Nessa perceptiva, em decorrência de diversas problemáticas mesmo tendo o acesso não alcançam o desenvolvimento adequado, necessitando do aporte das políticas públicas como meio de assistência. Portanto, busca-se um paralelo entre as políticas sociais e educacionais para a educação em contexto de vulnerabilidade social priorizando garantir a efetividade dos direitos. Pois, nas leis impostas, tal como a Lei nº 8.069 de julho de 1990 preconiza que:

Art. 53. A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se-lhes: **I** - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; (JUSBRASIL, 2019)

Nessa concepção, deve haver uma igualdade, mas na prática ainda não dispõe de políticas públicas efetivadas para o cumprimento de tal ato. Porém, é evidente que as condições individuais diferem, e mesmo tendo acesso os(as) estudantes de classes menos favorecidas possuem dificuldades com relação à permanência e equidade dos níveis impostos. Apresentando-se, como dois vieses opostos, com interesses e necessidades convergentes que causam frustrações, orientada por tal entendimento, Eyng e Pacievitch (2015, p.13483) evidenciam que

Contudo, a educação, entendida como direito por meio do qual outros direitos podem ser conquistados e/ou garantidos, ainda não se efetivou. As políticas sociais que visam

a garantia do direito ao acesso e a permanência, por mais efetivas que sejam, não garantem que a educação oferecida tenha qualidade social.

Destaca-se a qualidade social da educação pública e algumas vertentes enfrentadas diariamente por docentes e discentes que necessitam se sobressair a essas realidades, sendo utópico no contexto educacional brasileiro uma equidade de condições, assim, é precisa e urgentes políticas públicas que visem a minoria desprivilegiada. Pois, compreendesse que “Nesses documentos oficiais, a qualidade em educação é relacionada a dados quantitativos, que desconsideram a diversidade de contextos nos quais as instituições escolares estão inseridas, e de sujeitos que constituem a comunidade escolar.” (EYNG; PACIEVITCH, 2015, p. 13486). Considerar um único parâmetro para medir a qualidade se torna inócuo, tendo em vista as diferentes realidades constituintes em uma mesma região, e as finalidades próprias que a educação terá em cada contexto.

Para tanto, é necessária uma mudança no cenário educacional brasileiro, pois, não adianta apontar a fragilidade através de avaliações externas e não priorizarem uma solução para tais desigualdades, estas não podem ser um fim em si mesma, sendo preciso conhecer a causa e tratá-las através de programas contextualizados com as referidas dificuldades enfrentadas.

RELAÇÕES SOCIAIS E A ESCOLA: INDAGAÇÕES RELATIVAS À MELHORIA DA EDUCAÇÃO

Charlot (2000, p. 62) enfatiza que “[...] as relações sociais estruturam a relação com o saber e com a escola, mas não a determinam”. Assim, o(a) educador(a) e o(a) educando(a) podem transformar sua realidade e oportunizar melhorias na qualidade de vida. Contudo, se às políticas públicas acontecessem de modo efetivo, possibilitando uma equalização através de financiamentos para possibilitar aos(as) alunos(as) uma educação voltada à cultura, projetos contextualizados com as dificuldades específicas da escola, além dos estruturais para a manutenção do ambiente e investimentos em computadores, materiais didáticos, livros entre outros que possibilitem conforto e acessibilidade visando o desenvolvimento. No entanto, ainda existe a visão que:

Pouco importa os saberes, se a escola como um todo desenvolve valores humanos, se caminha para o entendimento da qualidade no sentido social se desenvolve projeto com aqueles que têm limitações. O que conta são os números e não a forma ou processo de como os números foram gerados. (SILVA, 2009, p. 221)

Utilizam-se de uma fundamentação mercadológica para analisar e quantificar a

educação de crianças e adolescentes. Sendo que, esses tipos de avaliações não são capazes de medir de forma satisfatória considerando os fatores de interferência e a realidade vivenciada no ambiente escolar, que pode ser distinta por diversas razões.

O percurso e as dificuldades são peculiares e os resultados deveriam compreender essas características. Segundo Silva (2009, p. 223), “a qualidade social na educação não se restringe a fórmulas matemáticas, tampouco a resultados estabelecidos a priori e a medidas lineares descontextualizadas”. Em muitos casos os resultados técnicos não serão capazes de demonstrar os avanços que ocorreram naquela realidade devido a uma educação social de qualidade e caracterizada de acordo com a realidade do(a) aluno(a) tornando-se significativa.

De acordo com Dourado e Oliveira (2009, p. 202) “A educação, portanto, é perpassada pelos limites e possibilidades da dinâmica pedagógica, econômica, social, cultural e política de uma dada sociedade.” A educação que os(as) alunos(as) têm dentro das instituições de educação perpassa limites e sofre influências que precisam ser notadas como um todo contextualizado por às instâncias superiores para que a educação brasileira possa avançar através de programas conforme a realidade educacional. A escola de acordo com o engajamento, Projeto Político Pedagógico, currículo, dinâmicas de formação continuada, práticas pedagógicas entre outras, pode oferecer uma base de subsídios abrangente para os(as) estudantes, mas o contexto extra sala de aula também possui o seu ponto referencial e relação com os resultados educacionais obtidos. A educação possui inúmeras perspectivas

Para alguns, ela se restringe às diferentes etapas de escolarização que se apresentam de modo sistemático por meio do sistema escolar. Para outros, a educação deve ser entendida como espaço múltiplo, que compreende diferentes atores, espaços e dinâmicas formativas, efetivado por meio de processos sistemáticos e assistemáticos. (DOURADO; OLIVEIRA, 2009, p.203)

Não podemos ver a educação a partir de um conceito técnico de etapas sem vislumbrar o que está envolvido, refere-se a um processo contínuo que envolve sujeitos construtores da vida em sociedade, não podendo esperar que seja igual em todo e qualquer lugar pois, cada ser é particular com limitações e possibilidades. É cabível que os(as) estudantes sejam vistos como humanos, e não mais como meras representações numéricas.

METODOLOGIA

O estudo apresentado, caracteriza-se como pesquisa teórica, empregou-se a análise bibliográfica, trata-se de uma pesquisa que de acordo com Demo (2000, p.20) é “[...] dedicada

a reconstruir teoria, conceitos, ideias, ideologias, polêmicas, tendo em vista, em termos imediatos, aprimorar fundamentos teóricos". Desse modo, os autores estudados se debruçaram sobre as desigualdades sociais e uma educação básica de qualidade, possibilitando um suporte para a compreensão da temática abordada através de textos críticos.

Também utilizou-se da análise documental que "[...] pode se constituir uma técnica valiosa de abordagem de dados qualitativos, seja complementando as informações obtidas por outras técnicas seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema". (LÜDKE e ANDRÉ, 1986, p.38) Com o aporte das leis que contribuem para o entendimento sobre as garantias educacionais brasileiras, e a partir desse arcabouço refletiu-se as problemáticas educacionais relacionadas as questões que interferem no desenvolvimento estudantil.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A busca desigual por indicadores comuns constitui-se numa prática que parte do global para o regional sem articulação, e nesse sentido é incoerente afirmar que buscam uma educação de qualidade para todos(as), dadas tais diferenças contrastantes. De antemão, para alcançar o objetivo é preciso partir dos meios como valorização dos profissionais e incentivo a formação continuada, escolas estruturadas, materiais didáticos atualizados, políticas públicas que visassem minimizar as desigualdades dos âmbitos regionais, tendo em vista que o ensino parte desses aportes como referencial.

Além disso, vivemos em uma lógica mercadológica advinda do mundo capitalista em que a qualidade da educação é apresentada por meio de gráficos, tabelas e números que mostram o desenvolvimento, avanço ou retrocesso, o grau de contentamento, os resultados socialmente não importam, o único destaque dado é o quanto avançou numericamente, como se a educação fosse um produto a venda, enquanto se trata de formação de seres humanos.

Compreender a realidade social dos(as) alunos(as), os fatores externos e internos que interferem na educação de qualidade, as políticas governamentais que auxiliam, é fundamental. Possui-se a concepção que é necessário o entendimento do todo como a soma das partes, não apenas um resultado superficial com base em uma prova solicitada em um dia isolado, sem conexão com a realidade, no sentido de uma educação significativa e de qualidade social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim, é evidente que existe a necessidade de repensar o ensino e a escola, e, incluir de

maneira prudente as necessidades e os fatores vivenciados por esses estudantes com um olhar mais amplo e perspicaz. É importante encontrar formas de trabalhar em meio às dificuldades e buscar propiciar uma educação de qualidade na condição que há, contudo, é imprescindível a luta por melhorias, destacar o que é cabível de mudanças e exigir que algo seja feito, pois são vidas a derivas, realidades desconhecidas que precisavam ser vistas.

A educação embora garantida por lei e assegurada ainda é excludente e elitista, essa situação necessita de mudança, as políticas públicas e entidades superiores devem assegurar uma educação de qualidade para todos(as). Contudo, afirma-se que a problemática discutida nesse estudo é ampla e que pretendesse dar continuidade aos estudos da temática.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicaocompilado.htm Acesso em: 14 jun. 2021
- CHARLOT, Bernard. **Da relação com o saber:** elementos para uma teoria. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.
- DEMO, Pedro. **Pesquisa e construção do conhecimento:** metodologia científica no caminho de Habermas. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2000.
- DOURADO, Luiz Fernandes; OLIVEIRA, João Ferreira de. **A qualidade da educação:** Perspectivas e desafios. 201 Cad. Cedes, Campinas, vol. 29, n. 78, p. 201-215, maio/ago. 2009
- EYNG, Ana Maria; PACIEVITCH, Thais. **Das políticas de acesso e permanência na escola ao direito à educação de qualidade social:** Avanço possível? Disponível em: https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/20481_10675.pdf. Acesso em: 14 de jun. de 2021.
- JUSBRASIL. **Art. 53 do Estatuto da Criança e do Adolescente - Lei 8069/90.** Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10611702/artigo-53-da-lei-n-8069-de-13-de-julho-de-1990> acesso em: 14 de jun. de 2021.
- LÜDKE, M.; ANDRÉ, M.E.D.A. **Pesquisa em educação:** abordagens qualitativas. São Paulo, EPU, 1986.
- SILVA, Maria Abádia da. **Qualidade social da Educação pública:** Algumas aproximações. Cad. Cedes, Campinas, vol. 29, n. 78, p. 216-226, maio/ago. 2009.